

O SR. PRESIDENTE - CARLOS NEDER - PT - Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, volto a esta tribuna e gostaria de dizer que já realizamos algumas tentativas - realizamos, inclusive, uma audiência pública aqui na Assembleia Legislativa - para chamar a atenção do governo Alckmin e da Secretaria da Educação para que haja, de fato, a valorização dos servidores da Educação, não só dos professores e gestores, mas, sobretudo, do pessoal do quadro de apoio, dos agentes de organização.

No ano passado, realizamos aqui uma grande audiência pública com mais de 500 servidores e tivemos acesso a gravíssimas denúncias de destruição da carreira. Essa carreira de agente de organização escolar está sendo destruída pelo governo estadual: primeiramente, pelas péssimas e monstruosas condições de trabalho desses profissionais; em segundo lugar, pelas graves dificuldades funcionais e, sobretudo, salariais.

Esses servidores são fundamentais, hoje, no processo educacional, na Educação do nosso Estado, nas escolas públicas. Refiro-me aos inspetores, ao pessoal de secretaria. São setores importantes para o funcionamento da escola. Sem os agentes de organização, a escola não funciona, não abre, não fecha, não tem merenda, limpeza ou segurança. Esses servidores são extremamente marginalizados pelo governo estadual.

A pauta com as reivindicações já foi entregue pelo sindicato da categoria - Afuse - à Secretaria da Educação. Várias gestões já foram feitas para que a secretaria atenda minimamente às reivindicações e dê o mínimo de dignidade para essa categoria tão massacrada e destruída pelo próprio governo.

Do ponto de vista salarial, um agente de organização escolar, hoje, tem uma média salarial de 900 reais. Esse é o salário, hoje. É um salário praticamente inferior ao salário mínimo nacional e mais ainda ao salário mínimo regional, que foi aprovado aqui na Assembleia Legislativa. É uma vergonha, uma afronta à dignidade humana desses servidores.

Além disso, há casos de desvio de função, perseguições, assédio e violência contra esses servidores. Há a violência que parte da administração e até mesmo violência social. É por isso que estamos aqui, mais uma vez, chamando a atenção do governo para que, primeiramente, conceda um reajuste salarial, faça uma atualização salarial desses cargos de agente de organização escolar, pois estamos perdendo funcionários. A cada dia nós temos a saída de vários servidores desses cargos porque eles não aguentam mais não só as péssimas condições de trabalho, mas, sobretudo, os baixíssimos e aviltantes salários. Como eu disse, a média salarial hoje de um funcionário de escola, de um servidor do quadro de apoio é de apenas 900 reais. Então eles não ficam, temos a saída de muitos deles.

Aqueles que permanecem trabalham muito e acabam trabalhando pelos que saíram, pelos que não são contratados, porque há um déficit enorme. As escolas, no geral - eu diria que 90% das escolas estaduais -, não têm seu quadro de apoio completo. Aliás, está faltando 50 a 60% do quadro de apoio.

Nós não temos funcionários, tanto é que, recentemente, a própria Secretaria da Educação deu esse atestado, quando nós denunciamos aqui que o Estado estava distribuindo a merenda seca para os alunos, que houve uma redução da merenda. O Governo admitiu que não tinha merendeiras para entregar a comida aos alunos, para dar almoço, para dar uma alimentação digna.

O próprio Governo reconhece que não tem funcionários. Não tem funcionários porque não oferece condições mínimas e humanas de trabalho para esses servidores. Como eu disse, nós estamos perdendo servidores do quadro de apoio. Isso é muito grave, porque a escola, sem os agentes de organização escolar, não funciona.

Esses servidores são importantes e foram já, inclusive, reconhecidos pela própria LDB, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, como profissionais da Educação. Eles também são educadores e devem ser prestigiados com a valorização salarial, com a melhoria das condições de trabalho, com a valorização funcional. Que eles tenham o mínimo de dignidade enquanto trabalhadores e trabalhadoras da Educação do estado de São Paulo.

Fica aqui a nossa exigência para que o Governo Alckmin reajuste e atualize os salários e melhore as condições de trabalho de todos os agentes de organização, de secretários de escola, todo o pessoal do quadro de apoio que sustenta, que é responsável justamente pelo funcionamento das nossas escolas, pela abertura, pelo fechamento, pela segurança, pela merenda. Há até mesmo muitos que ajudam os professores, ajudam o Magistério. Faço, mais uma vez, essa exigência ao novo secretário da Educação, José Renato Nalini, e ao governador Geraldo Alckmin.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS NEDER - PT - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os, ainda, da Sessão Solene a realizar-se segunda-feira, dez horas, com a finalidade de comemorar o "Dia da Seicho-no-ïe do Brasil".

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 18 minutos.

\*\*\*

## 14 DE MARÇO DE 2016 27ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidentes: JOOJI HATO e RAMALHO DA CONSTRUÇÃO**  
**Secretário: RAMALHO DA CONSTRUÇÃO**

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão. Parabeniza as cidades de Sarapuí e Batatais, pelos seus aniversários.

2 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO

Agradece ao governador Geraldo Alckmin e a esta Casa pelo reajuste do piso salarial no estado de São Paulo. Diz que obras públicas contribuem para a manutenção de empregos no setor da construção civil. Apóia as manifestações ocorridas em 13/03, contrárias ao governo da presidente Dilma Rousseff. Afirma que trabalhadores e empresários estão preocupados com a situação econômica.

3 - CARLOS GIANNAZI

Acusa o governador Geraldo Alckmin de permitir que servidores públicos, entre eles os agentes de organização escolar, recebam salários inferiores ao piso estadual, aprovado nesta Casa, e até ao piso nacional. Considera contraditória a atitude do Executivo. Discorre sobre a falta de funcionários nas escolas estaduais. Cobra do governo estadual o atendimento às reivindicações dos servidores.

4 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO

Assume a Presidência.

5 - JOOJI HATO

Propõe soluções para o problema das enchentes na Grande São Paulo, o qual, afirma, atinge sobretudo os mais necessitados. Critica o Poder Público por, a seu ver, não tomar providências quanto à questão. Descreve projetos de lei, de sua autoria, apresentados nesta Casa e na Câmara Municipal de São Paulo, que tratam do problema.

6 - JOOJI HATO

Parabeniza os jovens que estiveram presentes na convenção do PMDB, realizada em Brasília, neste fim de semana, e que pleitearam a saída do partido da base aliada no Congresso Nacional. Discorre acerca das manifestações contrárias ao governo federal, ocorridas em 13/03. Propõe medidas contra a violência, como a proibição de garupas em motos.

7 - CARLOS GIANNAZI

Comunica que deverá ser realizada, hoje, uma audiência pública para pressionar o governo estadual a chamar os candidatos aprovados em concursos na área da Segurança pública. Argumenta que o baixo índice de esclarecimento de ocorrências se deve à falta de investimento do Executivo na pasta. Afirma que a Segurança enfrenta um grande déficit de servidores.

8 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

9 - PRESIDENTE RAMALHO DA CONSTRUÇÃO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 15/03, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene, hoje, às 20 horas, com a finalidade de "Comemorar os 92 anos da Federação Paulista de Basquetebol". Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Ramalho da Construção para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência tem a grata satisfação de parabenizar a cidade de Sarapuí, que aniversariou no domingo, dia 13 de março, e ao município de Batatais, que aniversaria hoje. Desejamos sucesso, desenvolvimento e qualidade de vida aos seus municípios. Contem sempre com a Assembleia Legislativa e com este deputado. Estamos orando para que todos comemorem com muita paz, harmonia, segurança e sem violência.

Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa.

Eu gostaria de parabenizar o governador Geraldo Alckmin, bem como a Presidência desta Casa e todos os deputados pela lei que reajusta o salário mínimo do Estado. Hoje ninguém pode ganhar menos que mil reais no Estado, ou seja, 15% acima do salário mínimo nacional. O segundo piso está em R\$1.017.

Sabemos que foi um grande esforço do governador Geraldo Alckmin, mas foi também uma grande colaboração de todos os deputados desta Casa. O governador, apesar da crise, mantém várias obras no Estado, somando 45 mil empregos no setor da construção. Enquanto o Brasil perde 600 mil empregos diretos e quase dois milhões de empregos indiretos, o Governo do Estado faz o esforço para manter empregos em várias obras públicas - algumas com cinco mil, outras com quatro. As linhas do metrô devem chegar a seis mil empregos.

Em uma época difícil, a gente sabe que é um gesto e um grande esforço do governador.

Eu queria aproveitar para parabenizar o povo brasileiro pelo ato de ontem. Não pela quantidade, mas foi uma grande festa cívica em que pude observar pela televisão. Eu fiquei das 13h às 16h na Paulista e vi a participação de crianças, idosos, jovens e cadeirantes e todos sem nenhum incidente e sem ofensa. Foi, realmente, uma festa cívica - acho que a maior de todos os tempos no Brasil.

Eu acompanhei o regime militar e ajudei a derrubá-lo, mas nem nas "Diretas Já" eu observei tanta gente. A primeira foi feita na Praça da Sé, animada pelo Osmar Santos, e tinha a presença de muitos políticos - do saudoso Ulysses Guimarães, Mário Covas, Franco Montoro, que era governador do Estado, e o próprio Lula. Depois, várias outras ocorreram, mas ontem, em São Paulo, foi a maior aglomeração de manifestação pública de toda a história do Brasil.

O mais importante de tudo foi o gesto das pessoas de mostrar indignação por conta do desemprego. O setor da construção civil é o mais afetado por conta da inflação, que já passa dos 11%, por conta dos juros altos, que engessa e deixa todo mundo sem conseguir trabalhar. É só passar pelas ruas do comércio de São Paulo e observamos a quantidade de lojas fechadas e com placas para alugar há mais de um ano.

Eu, que sou do movimento sindical, tanto do Sindicato dos Trabalhadores como vice-presidente nacional da Força Sindical, o que mais a gente ouve são as lamentações dos trabalhadores e, também, dos empresários. Conversando com a Fiesp e com vários empresários, e o nosso setor que movimenta uma indústria de 187 produtos para a construção civil, conversando com esse pessoal da indústria e com os empreendedores do setor, se vê a grande preocupação com isso.

Provavelmente, o Supremo Tribunal Federal deve definir o ritmo do impeachment na quarta-feira, definir na quinta-feira se implanta a comissão e é provável que até maio saibamos se a presidente cai ou fica. É preciso resolver essa situação no Brasil. O que não pode é continuar o desânimo dos empresários e dos trabalhadores. Na área administrativa, em especial, alguns estão suicidando-se. No meu setor, onze suicidaram-se na área administrativa, muitos estão separando da família. Numa empresa como a PDG, mais de 12 mil trabalhadores administrativos foram demitidos. Vamos imaginar que eles ganhassem 15 mil. Hoje não conseguem ganhar nem três mil reais. Isso desmonta qualquer família!

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia, público presente, o deputado Ramalho da Construção falou, em uma parte do seu pronunciamento, do salário mínimo estadual regional aprovado aqui na Assembleia Legislativa, falou que no estado de São Paulo ninguém pode receber um salário inferior a mil reais, um projeto de lei encaminhado pelo Executivo, só que temos aí uma grande contradição porque o governo Alckmin permite que servidores públicos de várias Secretarias, sobretudo da Secretaria da Educação, recebam salário inferior a esse valor. Refiro-me aos servidores das escolas estaduais, refiro-me aos agentes de organização escolar. A média salarial hoje de um agente de organização escolar é de 900 reais, é um salário inferior inclusive ao salário mínimo

nacional. Isso é gravíssimo e já denunciamos várias vezes, em vários momentos. Já organizei uma audiência pública com mais de 600 agentes de organização escolar, já pressionamos a Secretaria da Educação, a Secretaria de Gestão Pública e nenhuma providência foi tomada até agora. Já encaminhamos a pauta com as reivindicações dessa importante categoria da Educação para o secretário de Educação, mas nenhuma resposta, o silêncio reina. No entanto, o governador, de forma hipócrita e mentirosa, apresenta projeto de lei aumentando o salário mínimo regional mas para as empresas privadas, não para os seus próprios servidores. Portanto, há uma contradição, há um abismo entre a intenção do governo Alckmin e a realidade dos nossos servidores. Esses servidores têm um salário médio de 900 reais. Isso é uma afronta à dignidade humana desses servidores, que são estratégicos para o funcionamento das escolas estaduais: são inspetores de alunos, são trabalhadores da Secretaria que cuidam dos prontuários dos alunos, que cuidam da vida funcional dos professores, que são os responsáveis pela abertura e fechamento da escola, enfim, pelo funcionamento da escola. Sem o agente de organização escolar a escola nem abre. No entanto, esses servidores são marginalizados, são vítimas do excesso de trabalho, do desvio de função, do assédio, das perseguições, mas sobretudo dos aviltantes e baixíssimos salários. Mencionei agora que 900 reais é o salário médio desse funcionário. Há um déficit muito grande de funcionários nessa área, até porque os servidores pedem exoneração: conseguem outro emprego e saem, porque é impossível viver com 900 reais hoje no Brasil, principalmente em São Paulo.

Eu diria que quase 90% das nossas escolas estão com esse déficit; acho que nenhuma escola sequer tem o quadro completo de agentes de organização escolar. Ou seja, faltam funcionários nas escolas estaduais. Esse é um dos motivos pelos quais temos falta de segurança. Não temos inspetores de alunos, não temos pessoas para cuidar dessa área. Então, logicamente, aumenta a violência nas escolas estaduais. E o governo não toma nenhuma providência para contratar novos servidores, e muito menos para valorizá-los dos pontos de vista salarial e funcional. Tampouco valoriza do ponto de vista da melhoria da carreira e das condições de trabalho dos agentes de organização escolar, que são servidores estratégicos e fundamentais para que as cinco mil escolas possam funcionar no estado de São Paulo.

Uso a tribuna, mais uma vez, para fazer um apelo ao governador Geraldo Alckmin, ao novo secretário estadual de Educação e à Secretaria de Gestão Pública, para que atendam às reivindicações dos servidores das escolas, porque eles são considerados profissionais da Educação pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Eles já atingiram esse status, esse reconhecimento. Foi aprovada uma lei no Congresso Nacional que confirma e determina exatamente isto: que os servidores do quadro de apoio das escolas públicas do Brasil sejam considerados profissionais da Educação. Também são educadores e educadoras, com uma função importante no processo educativo. É uma vergonha que o estado mais rico da federação continue pagando salários inferiores ao salário mínimo nacional e ao mínimo regional, que foi inclusive aprovado aqui na Assembleia Legislativa. Vamos continuar pressionando e cobrando o governo, para que ele atenda às reivindicações dos agentes de organização escolar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Ramalho da Construção.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR

- Venho a esta tribuna mais uma vez falar sobre as enchentes que afligem direta ou indiretamente a todos nós. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Alesp, estou na vida pública há 34 anos. Quando entrei na Câmara Municipal de São Paulo, maior Parlamento municipal do hemisfério sul, estava preocupado com as enchentes que, naquela época, já ocorriam. A cidade estava debaixo d'água. E, no primeiro pronunciamento que fiz como vereador, falei que o homem agride a natureza, e que a natureza reage. O homem vem a uma região como esta, que era floresta, e derruba as árvores, constrói prédios, ruas, rodovias, avenidas, e impermeabiliza tudo.

Onde vão parar essas águas? Elas não têm para onde correr. Podem ir para os rios Tietê e Pinheiros, que não são rios absorventes, mas condutores. Às vezes, elas vão parar na casa de pessoas pobres, principalmente aquelas que moram em pântanos, em regiões baixas. O rico tem dinheiro, compra terreno e escolhe lugar mais alto. O pobre, não; vive nos pântanos, baixadas. E aí eu pensei: tenho que fazer alguma coisa. A minha função é preservar a vida não só como médico, mas também como vereador. Fui, então, até a barragem Edgard de Souza, à época era o professor Maffei, grande engenheiro experto em hidráulica com quem discuti muito. E lá eu visitei as instalações da referida barragem. Chegou-se à conclusão de que para diminuir as enchentes em São Paulo teriam que ser construídas as comportas laterais.

Era o Governo Montoro à época. E eu sugeri que se fizessem umas comportas laterais mesmo sabendo que ia demorar muito para a referida obra, mas enquanto a obra não fosse construída, poderíamos instalar bombas hidráulicas fazendo com que não houvesse tanta enchentes em São Paulo. E mesmo assim o Governo resolveu fazer apenas as comportas laterais e não utilizou as bombas hidráulicas que são instalações sobre estrutura metálica, cuja construção é rápida e barata. E por isso continuamos a ter enchentes em São Paulo até serem concluídas as comportas laterais.

Mas vieram as tais comportas laterais e continuam as enchentes na Grande São Paulo. Isso ocorre porque o homem impermeabiliza o solo. Ele não consegue deixar permeável nem o seu quintal. Todos nós temos culpa com relação a essa impermeabilização dos solos. Eu me excluo, porque na minha casa o quintal não tem concreto, é só grama, e lá tenho um quintal com aproximadamente 700 metros quadrados. Eu não uso concreto no quintal da minha residência. Lá a água pluvial é absorvida pelo solo. Por isso não me sinto culpado. Mas há pessoas que basta ter qualquer pedacinho de quintal existente em sua que casa que já colocam concreto.

Governantes erram. Erram porque impermeabilizam tudo. Calçadas com pouco movimento, como há no Ipiranga, onde há enchentes, temos calçadas com quatro metros de largura em zonas industriais, onde não passa praticamente ninguém. Portanto, poderiam deixar a calçada com um metro de largura, deixando os três metros restantes para plantar grama ou colocar pedriscos, ou até deixar com mato mesmo. É só dar uma podada e fica aquele verde bonito e o solo torna-se permeável. Mas os governantes não tomam essa providência para minimizar as enchentes. Os governantes são insensíveis, os governantes são teimosos. Eles veem as enchentes, veem o sofrimento da população e não fazem nada para minimizar o problema das enchentes. Houve um caso em que uma senhora, devido a um deslizamento de terra, ficou soterrada por quatro dias. Ela estava soterrada desde quinta-feira. Esses deslizamentos em consequência das enchentes dão muito trabalho para a defesa civil, aos bombeiros. Há mortes, pessoas soterradas nos escombros, sob a lama. Tantas vidas são perdidas em consequências dessas enchentes e dos consequentes deslizamentos. As pessoas perdem suas casas, seus pertences. Nesse final de semana perdemos 4.061 moradias, ficando seus habitantes desabrigados, desalojados. Isso aconteceu nas cidades de Francisco

Morato, Mairiporã, Franco da Rocha, Itapevi. Nós estivemos em Itajamar e Itatiba, Guarulhos que é a maior cidade pós Capital desse Estado, e constatamos que todas essas cidades estavam com os solos impermeabilizados. Asfaltamento das ruas, estacionamentos asfaltados, as calçadas não permeáveis. Portanto, os governantes são responsáveis por essas enchentes. Eles que poderiam minorar o problema causado pelas chuvas, mas nada fazem para isso. Eles não fazem um único gesto para colocar os pisos drenantes como eu fiz em minha casa.

Esse projeto dos pisos drenantes é lá da Câmara Municipal de São Paulo. Vem de lá esse projeto de pisos drenantes nas cidades para que possam absorver a água pluvial, para que não invadam tantas moradias, principalmente dos mais humildes, dando prejuízos enormes a essa população de baixo poder aquisitivo, trazendo, além dos prejuízos, doenças e mortes.

Fiz outro projeto extremamente importante que é o plantio de árvores frutíferas. Tiraram as árvores frutíferas e assim espantaram os pássaros criando um problema na cadeia ecológica. Os pássaros, que são predadores naturais dos cupins, vão embora, o cupim prolifera de forma descontrolada e corrói o concreto, os troncos, os caules das árvores que com a chuva desabam sobre automóveis, em cima de redes elétricas, deixando muita gente sem energia elétrica, sem luz, trânsito congestionado, para a cidade. E assim caminham as nossas cidades. Todas as cidades do Grande ABCD, da Grande São Paulo estão sofrendo enchentes. Em Santo André, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Diadema e na capital, tudo está impermeabilizado, o que não deixa a água ser absorvida. A água vai para dentro das casas, principalmente das pessoas mais humildes.

Termino minha fala dizendo que é muito simples resolver esta minha preocupação, basta colocar pisos drenantes nas calçadas. Poderíamos fazer isso em muitos quilômetros quadrados, permitindo que as águas sejam absorvidas, inclusive na cidade de Guarulhos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB

- Tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, passaremos à Lista Suplementar. Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiatí. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria de falar de Brasília. Estive na sexta-feira e no sábado em Brasília, na convenção do meu partido, o PMDB. Nós estamos muito preocupados com essa crise socioeconômica e política que está arrasando o território nacional.

Quero fazer uma homenagem especial aos jovens do PMDB do estado de São Paulo e do Brasil que estiveram em Brasília reivindicando melhorias e pedindo que os líderes do PMDB saiam do governo e entreguem seus cargos, ajudando o Brasil a ser um país sem corrupção, sem desemprego, ajudando o Brasil a se tornar um país viável. Esses jovens lutaram muito no Congresso e conseguiram, acredito eu, sensibilizar certas lideranças do partido para o desembarque do PMDB, o maior partido deste País, que acontecerá provavelmente daqui a 30 dias, atendendo às reivindicações e aos anseios da população que ontem demonstrou querer que este País mude.

Quero fazer uma homenagem aos jovens do PMDB porque eles são a voz da juventude, que quer ter emprego em um país de desempregados. Neste País, como já falaram antes, falta consciência e sobra paciência. Contudo, parece que a paciência acabou. Ontem uma multidão enorme saiu para as ruas. A Av. Paulista tinha quase três quilômetros de pessoas umas em cima das outras, reivindicando melhorias, reivindicando que todos tenham uma postura mais digna.

Portanto, quero homenagear desta tribuna os queridíssimos e corajosos jovens do PMDB que foram à Brasília. Na época, outros jovens também lutaram pelas Diretas, não aceitando a ditadura. Eu estava na Praça na Sé com os líderes do PMDB. Ainda jovem, há muitos anos, também fui a Brasília para lutar pela democracia do País. Que este seja um país democrático e abençoado por Deus.

Gostaria que tivéssemos, ao menos, Educação forte e Saúde digna. Atualmente, a Saúde está sem medicamentos e sem médicos. Os médicos estão sem perspectivas; eles estão sendo assaltados nos hospitais, nos prontos-socorros e nas periferias. Os médicos não querem ir às periferias por conta da violência, que é nefasta, sem precedentes, atingindo e que atinge todos nós.

Essa violência mata principalmente os jovens, mas também mata as pessoas da melhor idade. Os ocupantes das garupas de moto assaltam pessoas, na saída dos bancos, totalizando 62 por cento. Os governantes ficam "de braços cruzados"; não fazem nada para melhorar e resolver esses problemas.

Uma minoria barulhenta escreve nas redes sociais e os governantes ficam acovardados, com medo. Infelizmente, há uma maioria silenciosa que quer a Lei da Moto sem Garupa, mas não consegue sensibilizar os governantes para colocar em prática essa lei que existe em várias partes do mundo, como Colômbia, México, Espanha e Itália. Só aqui que não pode. Aqui podem matar policiais militares, policiais civis, guardas metropolitanos e nada acontece. Eles nem vão presos, porque estão com máscaras, em uma moto, que é um veículo muito rápido.

Nós precisamos mudar o destino deste País. Não dá para aceitá-lo como está. Ele não serve para nós nem para os futuros herdeiros. Nós queremos dar um país com educação, saúde, segurança e qualidade de vida para os futuros herdeiros. É isso que desejamos.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, de volta a esta tribuna, eu gostaria de dizer que realizaremos em poucos instantes, às 15 horas, uma audiência pública no Plenário Teotônio Vilela para pressionar o governo estadual a chamar os aprovados no concurso público da Segurança pública, isto é, delegados de polícia, investigadores, escrivães e peritos criminais.

Esses cargos estão vagos e há um déficit enorme na área da Segurança pública, tanto na Polícia Militar quanto na Polícia Civil. O governo Alckmin não faz a chamada desses servidores. Só na Polícia Civil há um déficit de aproximadamente 20 mil servidores. Quem paga a conta é a população, que não tem acesso à Segurança pública.

Hoje, o que há de concreto são delegacias fechadas no período noturno e nos finais de semana. Isso prejudica as pessoas, que são obrigadas a se deslocar por quilômetros para efetuar um boletim de ocorrência ou fazer uma denúncia. A população está pagando um preço altíssimo, porque não há investimentos em Segurança pública. O governo nem contrata os servidores da Segurança pública.

É uma irresponsabilidade e uma levandade muito grande do governo ter uma secretaria com um déficit de 20 mil servidores. Foi realizado um concurso em 2013 e até agora o governo chamou apenas 20% dos aprovados. É por isso que a Segurança pública também está abandonada em nosso País.